

EPF

**ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E. M.,
UNIPESSOAL, LDA.**



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

Relatório de Gestão – 2021

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais e do artº 7º dos estatutos da sociedade, apresentamos a V. Exas. o presente relatório relativo à análise da atividade da entidade no decorrer do ano fiscal de 2021.

I - Balanço do ano de 2021

1. Relato genérico

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda. rege-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pelas demais legislações aplicadas à atividade empresarial local e de participações locais.

1.1 – Projetos cofinanciados

Em termos de atividade formativa, estiveram em execução os seguintes projetos, cofinanciados a 100%, pelo Programa Operacional Potencial Humano:

- Tipologia 1.2/ Cursos Profissionais

1 projeto, abrangendo 12 turmas/ações e 232 alunos

- Tipologia 2.1/ Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

1 projeto do Centro Qualifica, abrangendo mais de 400 adultos.

Como aspeto positivo, realça-se que no período em análise foram atingidos os objetivos formativos previstos, fruto da envolvimento e dinamismo de todo o corpo de colaboradores da entidade.

Como aspeto negativo, este ano continuou marcado pela situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19. A atividade letiva foi suspensa de 22 de janeiro a 05 de fevereiro, e de 08 de fevereiro a 16 de abril, as aulas decorreram na modalidade de formação à distância, o que implicou uma nova reorganização, que permitiu dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem.

Apesar destes constrangimentos, a EPF conseguiu ministrar a formação, por diversos meios tecnológicos através das plataformas informáticas. Nas situações de carência económica dos



Relatório de Gestão – 2021

alunos, a EPF disponibilizou meios tecnológicos, tais como computadores e hotspots e apoio individualizado aos alunos, quando necessário.

Apesar das incertezas e consequências negativas desta pandemia, não se pôs em causa a continuidade da Escola nem o cancelamento das atividades letivas, nem impacto relevante no financiamento da mesma. Provocando ajustamentos ao orçamento, na sequência de despesas não executadas, principalmente na rubrica 1 – Despesas com os formandos – alimentação e transportes.

1.2– Outras Atividades

No decorrer do ano 2021, a EPF levou a cabo diversas atividades, previstas no Plano Anual de Atividades, embora ainda condicionadas pela situação pandémica. Esta não permitiu a realização de um número muito significativo de atividades que se pretendia realizar presencialmente e que envolviam, na sua maioria, concentração de pessoas, nomeadamente participação em concursos, visitas de estudo, entre outras. Assim, a participação da escola em concursos aconteceu virtualmente, por decisão das respetivas entidades organizadoras.

Concursos/Competições nas diferentes áreas de influência da Escola

-XV Mostra Nacional de Ciência Virtual - 14ª Mostra Nacional de Ciência Virtual, designadamente no 29º Concurso de Jovens Cientistas e Investigadores, com o projeto **EPFbArm**, um protótipo de mão biónica, desenvolvido pelos alunos Alexandre Clemente e Emmanuel Lopes Moura, do Curso de Eletrónica, Automação e Computadores.



-European ASTRO PI Challenge Mission Lab

Alunos do 1º ano de todos os cursos da EPF estão entre as 389 equipas seleccionadas, dos 23 países de toda a Europa e Canadá para a fase 2 do Concurso ASTRO PI Challenge Mission Lab. A EPF foi a única escola portuguesa com duas equipas seleccionadas.

-XV Concurso Cineastas Digitais

Em 2021 a EPF participou, mais uma vez, na XV Edição do Concurso Cineastas Digitais, promovido pelo Centro de Competências Ente Mar e Terra em parceria com a Direção-Geral da Educação.

Relatório de Gestão – 2021

-Concurso VS-Solar Challenge-Sintra

Os alunos do Curso de Eletrónica, Automação e Computadores participaram 6ª Grande Corrida de carros movidos a Energia Solar, a VS-SOLAR CHALLENGE em Sintra, no dia 20 de junho de 2021. A equipa é composta pelo professor Hélder Sampaio e pelos alunos Abílio Afonso e Marco Monteiro.

-Concurso de Ideias “Cria o teu Futuro”

As alunas Luciana Pinto e Helena Sampaio, vencedoras do Concurso de Ideias “Felgueiras-Cria o Teu Futuro”, embarcaram na Missão Empreendedora Internacional em Madrid, como prémio pelo 1º Lugar no concurso promovido pelo Município de Felgueiras, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

-Concurso Sardinhas Festas de Lisboa'21 - O concurso que desafia todos os portugueses ou estrangeiros, dos 8 aos 80, a desenhar as sardinhas mais criativas, que visa estimular a participação de todos/as na imagem da campanha de comunicação das Festas de Lisboa.

-Concurso Sitestar.pt

Promovido pela DECO e pela DNS.PT, com o apoio da Direção-Geral da Educação e de outros parceiros.

Sessões formativas com participação de entidades parceiras

- Sessões de Prática Simulada – Área de Contabilidade e Fiscalidade
(Contabilidade Fiscalidade, Gestão Comercial, Marketing Direito do Trabalho, Direito Comercial)

Atividades de carácter transversal

- Torneio de futsal
- Sessão de Entrega de diplomas aos alunos finalistas

Outras Atividades

- **EPF TechLab** em 2021 a EPF inaugurou o Techlab, um Laboratório de Inovação Tecnológica, que pretende integrar Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, representativos da estratégia e visão da EPF. Pretende-se potenciar sinergias e a dinâmica intercurso e interdisciplinar nas áreas tecnológicas da oferta formativa (Design/Calçado, Eletrónica/Automação, Gestão e Multimédia). Este espaço foi projetado para ser estimulante e demonstrativo das boas práticas e da cultura do ensino baseado em projetos (Project Based Learning - PBL) e no Saber-Fazer. Procura-se ativamente o envolvimento de parceiros externos e desenvolvimento conjunto de soluções integradas.

Relatório de Gestão – 2021

- Atividade de “Team Building”

No âmbito do Plano de Formação da EPF/2021 decorreu, dia 14 de setembro, uma sessão formativa com o objetivo de fomentar a convivência entre todos os elementos da EPF e a partilha dos seus conhecimentos, habilidades e aptidões. Esteve em destaque o desenvolvimento de diferentes competências, tais como: trabalho de equipa, liderança, estratégia, gestão de conflitos, criatividade, comunicação, coordenação, dinamismo, entajuda e motivação.

- **Formação Nível 1 dos alunos em robótica colaborativa (Universal Robots)**
- **Workshop Time - Lapse**
- **Workshop Configuração e Manuseamento de Drones**
- **Sessão Formativa – DECOJovem**
- **Consumer Talk – DECOJovem**
- **Ação Informativa – Banco de Portugal**
- **WorkShop – DECOJovem**

Estes projetos, que se configuram apenas como os exequíveis do grande conjunto de iniciativas previstas nas diversas áreas da EPF.

1.3– Pessoal

O corpo geral de colaboradores manteve-se estável, registando um total de 31 colaboradores internos e cerca de 20 colaboradores externos (essencialmente formadores).

1.4– Investimentos (inclui valores capitalizados e não capitalizados)

Os investimentos efetuados neste período, incidiram fundamentalmente em equipamento básico (valores capitalizáveis – ativos fixos tangíveis) de suporte direto à atividade formativa, e aos serviços de pavimentação da área circundante do bloco pedagógico 1, bem como a criação do EPF TechLab.

- Valor previsto (ativos fixos tangíveis) ---- 15.000,00€
- Valor realizado (ativos fixos tangíveis) ---- 18.114,14€



2 - Evolução da Atividade Formativa

Em termos globais, apesar de todos os constrangimentos provocados pela pandemia, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:

➤ Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POCH):

Turmas e Cursos

Manteve-se no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 4 cursos:

Técnico de Gestão – **3 turmas**

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – **2,5 turmas**

Técnico de Multimédia – **3 turmas**

Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – **3,5 turmas**

➤ Centro Qualifica (Tipologia 2.1 do POCH):

Relativamente à atividade do Centro Qualifica, há a referir que presta serviços à comunidade que consistem na informação, orientação e encaminhamento para uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação para uma integração qualificada no mercado de trabalho.

O Centro Qualifica também é responsável por desenvolver Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de âmbito profissional ou escolar, tendo como objetivo potenciar a melhoria das qualificações da população adulta desta área geográfica.

O financiamento deste projeto iniciou-se a 01-01-2021 e terminará a 31 de dezembro de 2022.

Quadro 1 – À data de 31 de dezembro de 2021, alcançaram-se as seguintes metas físicas (em nº de adultos):

Objetivos/Execução	Metas janº a dez.- 2021	Nível Básico	Nível Secundário	Profissional	Total	Taxa de Execução
Inscritos	400	48	124	250	422	106%
Encaminhados	360	48	135	265	448	124%
Encaminhados para outras ofertas	144	22	68	214	304	211%
Encaminhados para processo RVCC	216	26	67	51	144	67%
Certificados	86	19	40	36	95	110%

A estrutura do Centro Qualifica continua a trabalhar aproveitando sinergias com instituições locais e regionais, fazendo da itinerância um fator preponderante da sua atratividade, e levando



Relatório de Gestão – 2021

oportunidades de qualificação mais próximo de eventuais interessados, de maneira a elevar os níveis de execução.

A concretização dos objetivos/metast funciona numa ótica anual, e no período de janeiro a dezembro de 2021 apresenta-se uma execução francamente positiva, apesar do contexto nacional de pandemia, o qual condicionou o bom funcionamento do Centro.

3 – Breve Enquadramento Económico-Financeiro

3.1 - Reembolsos

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercício, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).

Assim, em termos de situação parcial aferida ao final de 2021, da formação cofinanciada, a situação de ressarcimento/reembolso era a seguinte:

Quadro 1 – Ponto de situação de reembolsos por receber

Projetos/Montante Aprovado		Valores a Receber
POCH 1.6 – C. Profissionais - 2021/2022 - Proj. nº 0119	1.334.764,97 €	1.117.213,72 €
Centro Qualifica 2018/2020 – Projeto nº 726	215.424,00 €	47.936,60 €
Centro Qualifica 2021/2022 – Projeto nº 1314	191.487,99	168.692,08 €
SITUAÇÃO FINAL	1.741.676,96 €	1.333.842,40 €

3.2 – Análise de Gastos e Rendimentos

Relativamente à matriz de custos do período, mantém-se a filosofia de um controlo assertivo dos gastos, visando um constante e consistente equilíbrio financeiro que permita o funcionamento adequado da entidade no respeito pelos recursos financeiros que tem à sua disposição, postura que o histórico da entidade confirma e comprova.

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, cujo total foi:

Em 2021: 483.047,92€

Em 2020: 458.690,63€

Relatório de Gestão – 2021

Quadro 2 - Mapa de Análise Comparativa de Rubricas/ Custos mais relevantes

Contas	Exercícios		Variação %
	2021	2020	
Alimentação – Formandos	165.113,55€	162.342,18€	1,71%
Transporte – Formandos	81.025,77€	76.662,74€	5,69%
Honorários	98.667,93€	95.671,73€	3,13%
Trabalhos Especializados	29.651,45€	39.697,81€	-25,31%
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos	21.698,32€	11.996,86€	80,87%

Da análise do quadro anterior, ressaltam algumas variações significativas, tais como, materiais pedagógicos, a qual se deve essencialmente ao facto de em 2021, terem sido lecionados mais módulos de cariz prático que no ano letivo anterior, em virtude da pandemia. Também aumentou, resultado do investimento em equipamento básico de suporte direto à atividade formativa, entrada em funcionamento de turma e meia do 1º ano do curso de EAC, estava prevista só uma turma, e criação do TechLab. No que se refere aos valores dos trabalhos especializados foram inferiores, visto que em 2020 a EPF suportou gastos acrescidos no âmbito do processo de certificação EQAVET.

Também muito relevante, dado o peso significativo na atual estrutura de custos, os **Gastos com Pessoal**, cujo total ascendeu a:

Em 2021: 796.235,54€ Em 2020: 740.990,15€

Esta variação tornou-se mais expressiva comparativamente ao ano anterior, visto que em 2020 verificou-se um decréscimo significativo relativamente a 2019 (valor 769.435,50€), resultante essencialmente do gozo de licenças de maternidade e baixas médicas nesse ano.

O acréscimo em 2021 deveu-se essencialmente à atualização salarial resultante da progressão na carreira, cessação de um posto de trabalho cujos direitos/proporcionais relativos a 2022 foram pagos em 2021 e celebração do acordo de capitação com a ADSE que não estava previsto e cujos encargos ascenderam a 15.152,83€.

Acrescenta-se que esta variação face ao previsto para 2021 foi muito menor, e correspondeu essencialmente ao valor do acordo de capitação.



3.3 – Análise das Rubricas do Balanço

Meios Financeiros Líquidos – a EPF apresenta um saldo bancário e caixa no valor de 4.856,98€.

A referir uma diminuição do Património Líquido comparativamente com o exercício anterior, no valor de 174.914,47€, que teve a sua origem na rubrica do resultado líquido do período via diminuição dos rendimentos. Esta diminuição de capitais é justificada por força do não reconhecimento como rédito da contrapartida de 15% da Comparticipação Pública Nacional dos projetos cofinanciados pelo POCH plurianuais de 2020/2021 e 2021/2022.

O passivo foi marcado por um aumento, face ao ano anterior, em larga medida pelo aumento dos financiamentos obtidos que sustentam a dependência e atraso no recebimento dos subsídios.

A Escola socorreu-se a uma maior utilização da conta corrente caucionada para garantir o pagamento das despesas correntes diretas (salários, fornecedores e impostos). A Conta Cautiionada, à data de 31 de dezembro de 2021 foi utilizada no valor de 105.000,00€. Contudo, a sua utilização foi variável ao longo do ano, atingindo em maio 296.000,00€. Acrescenta-se que o valor contratualizado/"plafond" é de 250.000,00€, mas o mesmo foi reforçado por seis meses, passando para os 325.000,00€.

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo de 101.932,37€, registando-se um decréscimo relativamente a 2020, cujo valor era de 159.285,49€.

3.4 – Execução Orçamental

A situação epidemiológica do novo Coronavírus que assolou o nosso país, afetou de forma direta e significativa os gastos, e consequentemente os réditos no que diz respeito aos gastos com formandos - rubrica 1 – cujo valor do subsídio é com base nos custos reais.

A execução dos rendimentos e gastos apresentados contemplam os orçamentos previsionais e as contas de exploração, ou seja, os rendimentos e gastos reconhecidos contabilisticamente **de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.**

Para o ano de 2021, a execução de rendimento foi assegurada pela cobertura financeira dos anos letivos 2020/2021 e 2021/2022, materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao POCH/FSE nas diversas tipologias 1.6 – Cursos Profissionais de nível IV e Tipologia 2.1 - Centro Qualifica.



Relatório de Gestão – 2021

Quadro 3 - Execução dos Rendimentos

Descrição	Orçamento de Exploração 2021	Resultado Exploração 2021	Taxa de Execução	Desvios Anuais	
				em valor	em %
Total de Rendimentos	1.361.620,36 €	1.164.414,13 €	85%	- 197.206,23 €	-15%
Subsídios à Exploração	1.354.892,72 €	1.156.038,87 €	85%	- 198.853,85 €	-15%
POCH – Cursos Profissionais	1.268.723,12 €	1.067.668,93 €	84%	-201.054,19 €	-16%
POCH - Centro Qualifica	86.169,60 €	88.369,94 €	103%	2.200,34 €	3%
Outros Rendim. e Ganhos	6.727,64 €	8.375,26 €	124%	1.647,62 €	24%
Outros Rendimentos e Ganhos	6.727,64 €	8.375,26 €	124%	1.647,62 €	24%

Não tendo sido concretizada a comparticipação pública nacional por parte da entidade proprietária no exercício económico de 2021, as suas rubricas foram afetadas no não cumprimento total do rendimento face ao que tinha sido apresentado em orçamento no correspondente, pelo menos, ao valor da comparticipação pública nacional (15%), cujo montante previsto foi no valor de 203.233,91€.

Contudo, a taxa de execução física dos projetos foi excelente – 99,5%, como se pode verificar:

Quadro 4 – Execução física dos Projetos

PROJETOS	Orçamento de Exploração 2021	Execução Financeira 2021	Taxa de Execução	Comparticipação	
				FSE**	CPN – Contrato Programa*
POCH - Centro Qualifica	86.169,60 €	91.493,15 €	106,2%	77.769,18 €	13.723,97 €
POCH – Cursos Profissionais	1.268.723,12 €	1.256.081,09 €	99,0%	1.067.668,93 €	188.412,16 €
	1.354.892,72 €	1.347.574,24 €	99,5%	1.145.438,11 €	202.136,14 €

* Valor que seria transferido com a execução física dos projetos, caso fosse outorgado o contrato-programa para 2021.

** A diferença face ao montante da rubrica Transferências correntes e subsídios à exploração apresentado na Demonstração dos Resultados por Naturezas é relativa a projetos anteriores a 2021, essencialmente à contestação de um valor relativo a 2016 – CQEP, não sendo portanto considerado no contrato programa de 2021 e como tal não apresentado no mapa acima.

Relatório de Gestão – 2021

Como se pode verificar, da rubrica de Subsídios à Exploração a sua maior execução diz respeito ao Centro Qualifica na sequência do reconhecimento no exercício, do rédito relativo a despesa de 2016 não aceite, ora contestada e considerada elegível pelo POCH em março/2021.

O desvio da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos deve-se à correção de exercícios anteriores – excesso de estimativa de impostos, no valor de 1.510,55€.

Quadro 5 - Execução dos Gastos

Descrição	Orçamento de Exploração 2021	Resultado de Exploração 2021	Taxa de Execução	Desvios anuais	
				em valor	em %
Total de Gastos	1.358.587,20 €	1.338.445,58 €	99%	- 20.141,62 €	-1%
CMVMC	2.826,60 €	2.935,71 €	104%	109,71 €	4%
Fornecimento e Serviços Externos	503.883,86 €	483.047,92 €	96%	- 20.835,64 €	-4%
Gastos com Pessoal	777.626,26 €	796.235,54 €	102%	18.609,28 €	2%
Gastos de Depreciação e Amortização	67.248,54 €	50.719,41 €	75 %	- 16.529,13 €	-25%
Outros Gastos e Perdas	3.617,94 €	4.917,19 €	136%	1.299,25 €	36%
Gastos e Perdas Financiamento	3.384,00 €	589,81 €	17%	- 2.794,19 €	-83%

Os gastos com o pessoal registaram um desvio/acrécimo, justificando-se quase na totalidade pela assinatura em 2021, do Acordo de Capitação com a ADSE, cujo valor ascendeu a 15.152,83€.

As depreciações e amortizações sofreram um desvio negativo e expressivo, consequência da reclassificação da EPF, que aquando da elaboração do orçamento, utilizou-se o mesmo pressuposto contabilístico – SNC, mas passou a estar enquadrada no SNC-AP, pelo que deixou de aplicar o DR nº25/2009, passando o cálculo a ser efetuado segundo a Portaria n.º 189/2016, DL 192/2015 - Classificador Complementar 2, o que provocou redução das depreciações e amortizações. Contudo, parte deste valor foi compensado pelas despesas de conservação e reparação dos edifícios e pavimentação (desvio/acrécimo de 14.771,75€).

O aumento da rubrica Outros Gastos e Perdas deve-se essencialmente ao reconhecimento/aumento de gastos com trabalhadores independentes – Segurança Social – Entidade contratante.

Relatório de Gestão – 2021

Os Encargos Financeiros suportados ficaram aquém do previsto, reflexo da menor utilização da conta corrente caucionada.

II – Perspetivas de Evolução

Apesar de todas as incertezas e constrangimentos provocados pela atual pandemia, não se põe em causa a continuidade da Escola nem o cancelamento das atividades letivas. A EPF continuará a implementar de forma rigorosa o seu plano de contingência em prol da saúde e segurança de toda a comunidade educativa.

A oferta formativa da entidade manter-se-á dentro das mesmas tipologias formativas do passado.

- 12 ou 13 ações de cursos profissionais;
- Manutenção do Centro Qualifica.

Apesar de todos os constrangimentos, a EPF continua a encetar todos os esforços no sentido de adequar e alargar a sua oferta formativa, pelo que efetuou o pedido de autorização de funcionamento para o novo curso profissional - Técnico de Bombeiro.

O reforço e a criação de novas parcerias institucionais são um dos grandes objetivos estratégicos, tendo em vista a projeção da escola e dos seus projetos a nível nacional e internacional. Para esta realidade também contribuirá a participação da escola no projeto Erasmus+ "ETEN - European Teacher Education Network".

Prevê-se a continuidade da missão da Escola, contemplando novas perspetivas a desenvolver, que possam representar um salto decisivo para a Escola como instituição, continuando a aproveitar as oportunidades dos Fundos Comunitários, da política de ensino e a concretização de projetos de colaboração com outras entidades.

Acreditando nas medidas anunciadas para o ensino profissional, a EPF está a preparar-se estrategicamente, para conseguir candidatar-se a essas mesmas verbas, em diferentes vertentes.

As candidaturas com financiamento aprovado no presente Quadro Comunitário de apoio PORTUGAL 2020 pelo POCH – Programa Operacional do capital Humano apresentam os seguintes valores:

Projetos/Montante Aprovado	
POCH 1.6 – C. Profissionais - 2021/2022 – Proj. nº 000119 (set/2021 a agosto/2022)	1.334.764,97 €
Centro Qualifica 2021/2022 – Projeto nº 1314 (janº/2021 a dez./2022)	191.487,99
SITUAÇÃO FINAL	1.526.252,96 €



III – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 dezembro de 2021 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da EPF, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados.

Todavia, a 24 de fevereiro de 2022 a Federação Russa entrou em guerra com a Ucrânia, resultando daí impactos económicos que não são possíveis de estimar à data deste relatório. Estes impactos já se fazem sentir, com o aumento do custo da energia, do custo dos bens alimentares e a consequente subida generalizada dos preços. A EPF tudo fará para dar cumprimento à sua missão, mitigando, na medida adequada, os efeitos relacionados com os impactos desta situação na atividade desenvolvida.

IV – OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EPF EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito. Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.



Relatório de Gestão – 2021

• Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

• Risco de liquidez

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todas as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

V – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:

1 – Dos resultados do exercício que apresentam um saldo negativo, no valor de 174.914,47 € (cento e setenta e quatro mil novecentos e catorze euros e quarenta e sete cêntimos), propomos a seguinte aplicação:

- 1.1 **174.914,47 €** (cento e setenta e quatro mil novecentos e catorze euros e quarenta e sete cêntimos) para Resultados Transitados.



VI – Outros assuntos

Em cumprimento do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais a Gerente informa o acionista que no final do exercício de 2021 o Capital Próprio da EPF é inferior a metade do seu capital social, entrando assim em incumprimento com o referido artigo. Assim, a Gerente solicita ao acionista a tomada de medidas em conformidade com o que se encontra estatuído no acima mencionado artigo.

Considerando a não outorga do Contrato-Programa entre a Escola Profissional de Felgueiras e o Município de Felgueiras, não foram asseguradas as verbas necessárias em sede de receitas próprias, correspondentes à Contrapartida Pública Nacional para garantir o financiamento por verbas do Fundo Social Europeu. De igual forma, a não outorga deste contrato-programa levou a uma situação de desequilíbrio de contas, enquadrada no artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual. Atendendo ao disposto no n.º 2 deste preceito, o Município deverá proceder à realização da transferência financeira com vista a equilibrar os resultados do exercício.

Note-se ainda que a 31 de dezembro de 2021, os ativos correntes são inferiores aos passivos correntes, ou seja, uma posição líquida corrente passiva.

A Gerente procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, dos considerandos supra referidos, bem como os referidos no ponto III - Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício, situação que determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, concluiu-se que a Entidade, com o apoio do Município, disporá de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Informação a divulgar de acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 27 – Contabilidade de Gestão, existe um conjunto de informação adveniente da Contabilidade de Gestão que deve ser divulgada no Relatório de Gestão. A Norma Internacional de Contabilidade Pública IPSAS 33, aplicável subsidiariamente à EPF por força do artigo 13.º do Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro prevê um período de implementação deste normativo SNC-AP por um período alargado de 3 anos para situações mais complexas, entre as quais se destaca a Contabilidade de Gestão. A EPF está a implementar o conjunto de processos associados a este sistema contabilístico, não tendo à data deste relatório terminado essa mesma implementação por forma a apresentar informação fiável prevista no parágrafo 34 da NCP 27.

Não existem dívidas em mora ou acordos com o Estado nem com a Segurança Social.



Relatório de Gestão – 2021

VII - NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, a Gerente aproveita a oportunidade para reiterar o seu agradecimento à Câmara Municipal de Felgueiras, pela confiança depositada no seu trabalho, agradecimento que estende igualmente a todos os Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Revisor Oficial de Contas e demais entidades que participaram ativa e positivamente no nosso projeto ao longo deste atípico e difícil ano, agora terminado.

Felgueiras, 31 de março de 2022

A Gerente



(Vera Lúcia Ribeiro Sampaio)

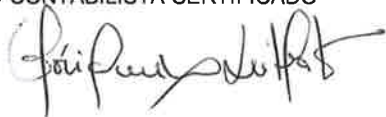
EPF - ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, EM, UNIPessoal, LDA.
NIF: 504 575 848

BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO 2021

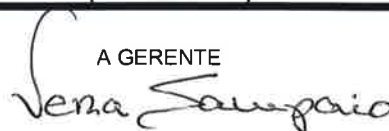
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	199 200,82	231 817,24
Ativos intangíveis.....	3	0,00	0,00
Outros ativos financeiros.....	18.4	1 767,33	1 342,71
		200 968,15	233 159,95
Ativo corrente:			
Inventários.....	10	345,33	629,57
Estado e outros entes públicos.....	23.5	108,89	0,00
Outras contas a receber.....	18.1	1 333 842,40	1 405 301,43
Diferimentos.....	18.4	907,14	2 712,72
Caixa e depósitos	1	4 856,98	2 186,99
		1 340 060,74	1 410 830,71
Total do Ativo		1 541 028,89	1 643 990,66
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	1; 18.5	376 000,00	376 000,00
Reservas Legais	18.5	8 357,68	6 057,29
Resultados transitados.....		(39 462,94)	(83 170,25)
Subtotal		344 894,74	298 887,04
Resultado líquido do período.....		(174 914,47)	46 007,70
Total do Património Líquido		169 980,27	344 894,74
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Provisões	15	0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18.2	55 999,23	103 015,59
Estado e outros entes públicos.....	23.5	45 933,14	56 269,90
Financiamentos obtidos.....	18.2	105 000,00	29 600,00
Outras contas a pagar.....	18.2	150 739,30	180 274,14
Diferimentos.....	18.4	1 013 376,95	929 936,29
		1 371 048,62	1 299 095,92
Total do Passivo		1 371 048,62	1 299 095,92
Total do Património Líquido e Passivo		1 541 028,89	1 643 990,66

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERENTE

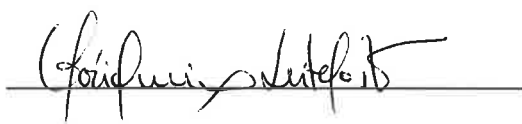


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

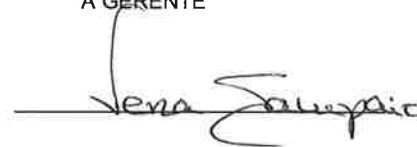
Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos.....	14	1 156 038,87	1 315 435,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	10	(2 935,71)	(1 971,89)
Fornecimentos e serviços externos.....	23.1	(483 047,92)	(458 690,63)
Gastos com pessoal.....	19	(796 235,54)	(740 990,15)
Outros rendimentos e ganhos	23.2	8 375,26	9 110,82
Outros gastos e perdas.....	23.3	(4 917,19)	(11 354,54)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		(122 722,23)	111 538,90
Gastos/reversões de depreciação e amortização.....	3; 5	(50 719,41)	(50 829,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(173 441,64)	60 709,18
Juros e gastos similares suportados.....	7	(589,81)	(2 095,74)
Resultado antes de impostos		(174 031,45)	58 613,44
Imposto sobre o rendimento.....	23.4	(883,02)	(12 605,74)
Resultado líquido do período		(174 914,47)	46 007,70

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A GERENTE



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO NO PERÍODO, em 31/12/2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/Património realizado	Reservas legais	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total do Património Líquido
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		376 000,00	6 057,29	-203 905,04	-118 570,71	59 581,54
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido do período		0,00	0,00	-118 570,71	118 570,71	0,00
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	-322 475,75	0,00	59 581,54
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL					46 007,70	46 007,70
10 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					46 007,70	46 007,70
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	118 570,71	0,00	118 570,71
Outras operações		0,00	0,00	120 734,79	0,00	120 734,79
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020		0,00	0,00	239 305,50	0,00	239 305,50
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		376 000,00	6 057,29	-83 170,25	46 007,70	344 894,74
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido do período			2 300,39	43 707,31	-46 007,70	0,00
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			2 300,39	-39 462,94	0,00	344 894,74
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL					-174 914,47	-174 914,47
10 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					-174 914,47	-174 914,47
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		376 000,00	8 357,68	-39 462,94	-174 914,47	169 980,27

A Contabilista Certificada

A Gerente

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				31/12/2021	31/12/2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>					
Recebimentos de entidades financiadoras (POCH e Município) e de clientes		+		1 309 519,12	2 853,60
Pagamentos a fornecedores		-		-565 795,92	-317 714,41
Pagamentos ao pessoal		-		-769 045,44	-439 602,10
Caixa gerada pelas operações		+/-		-25 322,24	-754 462,91
Pagamento/recebimento do imposto o rendimento				-11 049,30	1 405,13
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		0,00	975 560,37
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		-36 371,54	222 502,59
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		-35 738,98	15 042,90
Investimentos financeiros		-		-424,62	365,34
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		-36 163,60	15 408,24
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		613 400,00	865 600,00
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-538 000,00	-1 106 000,00
Juros e gastos similares		-		-194,87	-2 095,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			75 205,13	-242 495,74
Variação de caixa e seus equivalentes			(1)+(2)+(3)	2 669,99	-4 584,91
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	1	2 186,99	6 771,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	1	4 856,98	2 186,99

A CONTABILISTA CERTIFICADA



A GERENTE



***ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO PERÍODO DE 2021***



NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda. (adiante EPF ou Entidade), é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, em aplicação pelo Decreto-Lei nº4/98, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-108 Felgueiras, e tem como atividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho.

O capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Gerente em 31 de março de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As mesmas podem ser obtidas na sede do Município de Felgueiras, Praça da República, Felgueiras, 4610-116 Felgueiras.

A Gerente entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2021 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da escola, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas ou erros.

Os montantes são expressos em euros.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Numerário	451,47	243,65
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.405,51	1.943,34
	<u>4.856,98</u>	<u>2.186,99</u>

Não existem, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

2.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

A Gerente procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza

financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação e dos considerandos na nota 17 - Acontecimentos após a data de relato, concluiu-se que a Entidade, com o apoio do Município, disporá de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

2.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

2.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações considerando-se que as mesmas refletem todas as questões materialmente relevantes do decurso da atividade da Entidade.

2.1.5. – INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

2.1.6. – COMPENSAÇÃO

Os Ativos e os Passivos, e os Rendimentos e os Gastos não são compensados, a menos que seja exigido ou permitido pelas Normas de Contabilidade Pública.

2.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

2.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil do bem segundo o classificador complementar 2, por duodécimos. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	10
Equipamento Básico	4-8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	4-8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4-8

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

2.2.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

2.2.3. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da Entidade, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a

quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2.4.– ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

a) CLIENTES E CONTAS A RECEBER

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

b) OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

c) EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

2.2.5. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

2.2.6. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.7. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.2.8. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que

o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

2.2.9. – Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2.10. – Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existe uma certa razão de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Especificamente nesta Entidade, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação direta de custos quando os mesmos são diretamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da Entidade.

Relativamente ao financiamento dos cursos profissionais e de natureza profissionalizante ministrados pela EPF, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e da Receita Pública.

A partir de 2017, por força do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60 -C/2015, de 2 de março, (alterado pelas Portarias n.ºs 181 -A/2015, de 19 de junho, 190 -A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e 2/2018, de 2 de janeiro, e n.º 159/2019, de 23 de maio) Regulamento esse previsto nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o financiamento destes cursos, quando ministrados por empresas municipais, como a EPF, passaram a ser financiados a 85% pelo FSE e os restantes 15%, ou seja, a denominada “contribuição pública nacional”, passou a ser suportada pela própria empresa municipal, como se prevê no art.º 3º nº 3 deste Regulamento Específico.

O enquadramento acima aplica-se pelo facto de estarmos perante uma empresa municipal, não se aplicando a entidades concorrentes com outro enquadramento jurídico, cujo direito à contrapartida pública nacional é-lhes garantida para efeitos de financiamento dos serviços prestados. Assim, importa que o Município detentor da participação na EPF assegure a preços de mercado o financiamento da atividade da EPF, através da celebração de contrato-programa nos termos do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL) aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sob pena da continuidade das operações da EPF poder ser colocada em causa por incumprimento do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano já anteriormente mencionado e pelas consequências daí advenientes. Este instrumento de financiamento permite assegurar o equilíbrio de contas previsto no artigo 40.º do RJAEL, atendendo a que a EPF não tem receitas próprias, o contrato-programa não foi celebrado por impossibilidade do município.

2.2.11. – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.2.12. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.13. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de financiamento; e (3) atividades de investimento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, do POCH e da Câmara Municipal de Felgueiras e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal (inclui IRS e segurança social), de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas

atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

2.2.14. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas em função da vida útil do bem, tendo como base o classificador complementar 2. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

2.2.15. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.2.17. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2021					
	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	31/12/2020					
	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	2.523,80	2.523,80
Ajustamentos de conversão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.803,34	1.803,34
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Ativos fixos intangíveis</i>	0,00	0,00
	0,00	0,00

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Não aplicável

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2021								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativo fixos em curso
Ativo Bruto								
Saldo inicial	0,00	406.286,21	697.535,35	60.959,51	0,00	51.648,09	80.602,42	0,00
Aquisições	0,00	0,00	16.295,14	0,00	0,00	0,00	1.845,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406.286,21	713.830,49	60.959,51	0,00	51.648,09	82.447,02	0,00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	204.159,08	670.350,41	60.959,51	0,00	51.393,09	78.352,25	0,00
Depreciações do exercício	0,00	37.817,59	12.078,89	0,00	0,00	255,00	567,93	0,00
Acerto	0,00	-0,01	37,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	241.976,66	682.466,46	60.959,51	0,00	51.648,09	78.920,18	0,00
Ativos líquidos	0,00	164.309,55	31.364,03	0,00	0,00	0,00	3.526,84	0,00

31/12/2020								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativo fixos em curso
Ativo Bruto								
Saldo inicial	0,00	406.286,21	678.007,51	60.959,51	0,00	51.648,09	80.602,42	0,00
Aquisições	0,00	0,00	19.527,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406.286,21	697.535,35	60.959,51	0,00	51.648,09	80.602,42	0,00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	195.112,00	642.608,94	60.470,48	0,00	48.420,27	73.496,96	0,00



Depreciações do exercício	0,00	37.817,58	11.637,69	0,00	0,00	255,00	1.119,45	0,00	50.829,72
Ajustamentos de conversão	0,00	-28.770,50	16.103,78	489,03	0,00	2.717,82	3.735,84	0,00	-5.724,03
Saldo final	0,00	204.159,08	670.350,41	60.959,51	0,00	51.393,09	78.352,25	0,00	1.065.214,34
Ativos líquidos	0,00	202.127,13	27.184,94	0,00	0,00	255,00	2.250,17	0,00	231.817,24

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	50.719,41	50.829,72
	50.719,41	50.829,72

NOTA 6. LOCAÇÕES

Não aplicável

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Juros suportados:</i>		
<i>Financiamentos bancários</i>	589,81	2.095,74
	589,81	2.095,74

NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável

NOTA 9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Não aplicável

NOTA 10. INVENTARIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os inventários da Entidade detalham-se conforme se segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	345,33	0,00	345,33	629,57	0,00	629,57
	345,33	0,00	345,33	629,57	0,00	629,57

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhado conforme segue:

	31/12/2021		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	629,57	0,00	629,57
Compras	2.651,47	0,00	2.651,47
Regularizações	0,00	0,00	0,00
Saldo final	345,33	0,00	345,33
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.935,71	0,00	2.935,71

	31/12/2020		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	2.187,59	0,00	2.187,59
Compras	3.256,17	0,00	3.256,17
Regularizações	(2.842,30)	0,00	(2.842,30)
Saldo final	629,57	0,00	629,57
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.971,89	0,00	1.971,89

NOTA 11. AGRICULTURA

Não aplicável

NOTA 12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

NOTA 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Não aplicável

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

31/12/2021						
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar (nota 18.4)
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2020/2021 – 3076	1.262.909,52	918.372,26	0,00	707.569,34	0,00	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2021/2022 – 119	1.334.764,97	153.132,56	1.117.213,72	360.099,59	0,00	910.246,69
Qualifica – 1314	191.487,99	12.207,36	168.692,08	77.769,18	0,00	103.130,26
Qualifica – 726	215.424,00	68.897,10	47.936,60	10.600,76	0,00	0,00
POCH – 1667	1.289.293,94	52.513,37	0,00	0,00	0,00	0,00
POCH - 2579	416.968,89	35.621,23	0,00	0,00	0,00	0,00
POCH - 2131	850.868,30	11.739,79	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.561.717,61	1.252.483,67	1.333.842,40	1.156.038,87	0,00	1.013.376,95

Em 31 de dezembro de 2020 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2020					
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito	CPN	Montante por utilizar (nota 18.4)
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2017/2020 – 1667	1.289.488,53	1.242.526,09	46.962,64	271.422,95	40.713,44	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2018/2020 – 2131	850.868,30	844.069,13	6.799,27	268.929,87	40.339,48	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2019/2020 – 2579	416.968,89	386.115,02	30.853,87	265.903,24	39.885,49	0,00
CQEP – 110 2015/2016	98.633,27	64.111,62	-36.460,26	0,00	0,00	0,00
Qualifica 2018/2020 – 726	215.424,00	98.104,09	117.319,91	70.640,42	10.596,06	0,00
EQAVET	19.755,00	19.942,51	-187,51	10.458,53	1.568,78	0,00
POCH – Tipologia 1.6 Cursos Profissionais 2020/2021 – 3076	1.358.016,57	155.100,83	1.202.915,34	428.080,28	64.212,04	929.936,29
	4.249.154,56	2.809.969,29	1.368.203,66	1.315.435,29	197.315,29	929.936,29

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem processos judiciais a decorrer, pelo que não foi necessário constituir qualquer provisão em 2021. Em 2020 também não existia qualquer processo em curso.

NOTA 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Não aplicável

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após 31 de dezembro de 2021 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da Entidade, ou que afetem de forma materialmente relevante as

demonstrações financeiras e os resultados apresentados, exceto quanto aos seguintes factos:

À data, a situação de Pandemia verifica-se já com menor intensidade. Em janeiro de 2022, a EPF, à semelhança das suas congéneres, decorrido as atividades letivas dentro da normalidade, com formação em sala de aula e estágios em ambiente de contexto de trabalho. A EPF manteve as normas da DGS e apoiou os alunos que tiveram a necessidade de acompanhar a formação por via de meios tecnológicos, disponibilizado os equipamentos necessários.

No passado dia 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa entrou em conflito armado com a Ucrânia, tendo daí resultado uma crescente instabilidade ao nível do acesso a recursos energéticos e alimentares, com repercussões na subida dos preços. Apesar de não ser possível mensurar os efeitos desta guerra à data deste relatório, a Gerente tudo fará para minimizar os mesmos e garantir a continuidade das operações no seguimento da missão da Entidade.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	31/12/2021	31/12/2020
<i>Outras contas a receber (nota 14)</i>	1.333.842,40	1.405.301,43
<i>Clientes</i>	0,00	0,00
	1.333.842,40	1.405.301,43

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 são detalhadas conforme se segue:

PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2021	31/12/2020
<i>Fornecedores (i)</i>	55.999,23	103.015,59
<i>Financiamentos Obtidos (ii)</i>	105.000,00	29.600,00
<i>Outras contas a pagar (iii)</i>	150.739,30	180.274,14
	311.738,53	312.889,73



(i) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Não vencido</i>	51.021,47	94.530,95
<i>Vencido:</i>		
<i>0-30 dias</i>	4.731,76	1.574,49
<i>30-90 dias</i>	246,00	6.480,05
<i>90-180 dias</i>	0,00	430,50
<i>180-360 dias</i>	0,00	0,00
<i>>360 dias</i>	0,00	0,00
	<u>55.999,23</u>	<u>103.015,99</u>

(ii) Financiamentos obtidos

Esta rubrica é relativa a uma conta corrente caucionada na Caixa Geral de Depósitos, estando utilizados 105.000 euros (2020: 29.600 euros), dos 325 mil euros autorizados. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município de Felgueiras até 250 mil euros.

(iii) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Pessoal- Rem. a Pagar</i>	5,00	0,00
<i>Credores por Acréscimos de Gastos</i>	120.323,07	107.362,10
<i>Sindicatos</i>	73,60	95,04
<i>Outros Credores</i>	30.337,63	72.817,00
	<u>150.739,30</u>	<u>180.274,14</u>

18.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

	31/12/2021						
	Investimento. Subsidiárias	Investimento. Associadas	Investimento. Entidade. Controladora	Investimento Outras Empresas	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	1.342,71	0,00	1.342,71
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	424,62	0,00	424,62
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	1.767,33	0,00	1.767,33

	31/12/2020						
	Investimentos Subsidiárias	Investimentos Associadas	Investimentos Entidades Controladoras	Investimentos Outras Empresas	Out. Investimentos. Financeiros	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	977,37	0,00	977,37
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	365,34	0,00	365,34
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	1.342,71	0,00	1.342,71

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas do ativo e do passivo “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

<i>DIFERIMENTOS ATIVOS</i>	31/12/2021	31/12/2020
<i>Outros Gastos a Reconhecer</i>	907,14	2.712,72
	907,14	2.712,72
<i>DIFERIMENTOS PASSIVOS</i>	31/12/2021	31/12/2020
<i>Subsídios Cursos Profissionais</i>	910.246,69	929.936,29
<i>Subsídios qualifica</i>	103.130,26	0,00
	1.013.376,95	929.936,29

18.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

- a) Capital social: o capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

- b) Reserva legal: de acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

NOTA 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Remunerações dos Órgãos Sociais</i>	41.951,20	41.667,69
<i>Remunerações do Pessoal</i>	584.547,55	557.232,07
<i>Indemnizações</i>	1.652,71	0,00
<i>Encargos sobre Remunerações</i>	160.656,63	128.128,63
<i>Seguros Acidentes Trabalho</i>	3.996,00	3.829,50
<i>Gastos Ação Social</i>	0,00	47,40
<i>Outros a)</i>	3.431,45	10.084,86
TOTAL GASTOS PESSOAL	796.235,54	740.990,15

a) O valor 3.431,45€, em 2021, refere-se a gastos com formação.

O gasto com o Revisor Oficial de Contas totalizou 4.871,10€ relativos ao ano de 2021, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro de 2021 e nº médio de trabalhadores durante o exercício 2021: 31 (2020: 31)

A gerente, no exercício findo em 2021, foi remunerada em conformidade com o referido no artº30 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto.

NOTA 20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Entidade é detida em 100% pelo Município de Felgueiras, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

No decurso dos exercícios de 2021 e 2020 foram registadas transações com partes relacionadas com referência ao fornecimento de água na conta de fornecedores. No exercício de 2020 foi celebrado um contrato programa com o município no valor de 149.012,60€, os movimentos ficaram refletidos na conta de outros devedores, sendo que no final do exercício de 2020 faltava receber 71.940,37€. Em 2021 não foi celebrado contrato programa.

Os saldos dos períodos findos em 2021 e 2020 são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores- Câmara Municipal Felgueiras	40,43	-121,79
Outros Devedores – Contrato Programa	0,00	-71.940,37
	40,43	-72.062,16

As transações efetuadas com o Município de Felgueiras ascenderam em 2021 a 601,5 euros.

NOTA 21. RELATO POR SEGMENTOS

A Entidade desenvolve uma única atividade, relacionada com o ensino profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar.

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável

NOTA 23. OUTROS

23.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<i>Trabalhos Especializados</i>	29.651,45	39.697,81
<i>Publicidade e Propaganda</i>	3.877,65	10.147,12
<i>Vigilância e Segurança</i>	1.500,00	800,00
<i>Honorários</i>	98.667,93	95.671,73
<i>Conservação e Reparação</i>	4.716,27	13.435,25
<i>Serviços Bancários</i>	3.609,38	3.183,90
<i>Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido</i>	162,95	76,88
<i>Livros e Documentação Técnica</i>	105,01	0,00
<i>Material Escritório</i>	5.834,54	3.122,02
<i>Ofertas</i>	416,42	141,12
<i>Material Pedagógico</i>	21.698,32	11.996,86
<i>Material limpeza, higiene e conforto</i>	5.627,83	5.848,13
<i>Material conservação e reparação</i>	15.610,85	4.212,66
<i>Combustíveis</i>	1.899,79	1.382,96
<i>Água</i>	303,60	295,79
<i>Deslocações, Estadas e Transportes</i>	81.203,87	76.738,70
<i>Deslocações Alojamento Formandos</i>	81.025,77	76.662,74
<i>Outras</i>	178,10	75,96
<i>Rendas e Alugueres</i>	618,48	169,53
<i>Despesas Postais</i>	1.109,83	963,66
<i>Telefone/Internet</i>	7.992,18	8.659,79
<i>Seguros</i>	3.535,86	3.150,08
<i>Viaturas</i>	749,73	1.038,66
<i>Outros</i>	2.786,13	2.111,42
<i>Contencioso e Notariado</i>	713,18	485,40
<i>Despesas Representação</i>	50,00	30,00
<i>Outros Serviços</i>	194.142,53	178.481,24
<i>Imprensa/Revistas</i>	0,00	140,01
<i>Despesas c/ out Atividades</i>	1.225,20	276,21
<i>Bolsas</i>	25.297,54	11.695,75
<i>Alimentação Formandos</i>	165.113,55	162.342,18
<i>Out. Despesas. c/Formandos</i>	2.094,74	944,53
<i>Portagens e Estacionamento</i>	133,40	113,95
<i>Diversos</i>	278,10	2.968,61
TOTAL FSE	483.047,92	458.690,63

23.2 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos suplementares	800,00	8.932,03
Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis	610,50	0,00
Excesso de estimativa para impostos	1.510,55	0,00
Outros	5.454,21	178,79
	8.375,26	9.110,82

23.3 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e taxas	3.412,91	1.659,91
Correções relativas a períodos anteriores	37,16	5.529,40
Perdas em inventários	0,00	2.720,70
Quotizações	1.440,00	1.440,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	25,00	0,00
Outros	2,12	4,53
	4.917,19	11.354,54

NOTA 23.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes de impostos	(174.031,45)	58.613,44
Variações Patrimoniais Positivas	0,00	120.734,79
Correções relativas a períodos anteriores	37,16	5.529,40
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimentos	27,05	4,52
Excesso de estimativa de impostos	(1.510,55)	0,00
EBF- Quotas Empresariais	0,00	(600,00)
Dedução- Depreciações 25/90	0,00	(14.392,62)
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	(175.477,79)	169.889,53
Prejuízos dedutíveis	0,00	(118.922,67)
Matéria coletável	0,00	50.966,86
Taxa nominal de imposto	21%	21%e17%
	0,00	9.703,04
Tributação autónoma	883,02	354,35
Derrama	0,00	2.548,34
Imposto sobre o rendimento do período	883,02	12.605,74
Taxa efetiva de imposto	0,00%	21,51%
Imposto corrente	883,02	12.605,74
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
Total de imposto sobre o rendimento	883,02	12.605,74

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de 2018 a 2021 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

O montante de prejuízos fiscais por recuperar ascende a 273.854,05 euros (2019: 98.376,26 euros; 2021: 175.477,79 euros), sendo o de 2019 recuperável até 2026 e o de 2021 até 2033, inclusive.



NOTA 23.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC)</i>				
<i>Pagamentos por conta</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Pagamentos especiais por conta</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>IRC a pagar (relativo a 2020)</i>	0,00	1.037,80	0,00	12.605,74
<i>IRC – reembolso (relativo a 2021)</i>	108,89	0,00	0,00	0,00
<i>Retenção na fonte</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Retenções de imposto sobre rendimento</i>				
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)</i>	0,00	14.616,70	0,00	14.699,11
<i>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)</i>	0,00	217,06	0,00	323,41
<i>ADSE</i>		1.775,63		1.654,86
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	0,00	21.807,71	0,00	21.114,66
<i>Caixa Geral Aposentações</i>	0,00	6.478,24	0,00	5.872,12
	<u>108,89</u>	<u>45.933,14</u>	<u>0,00</u>	<u>56.269,90</u>

NOTA 24. OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1 Contrato-Programa: Apesar de se encontrar previsto a outorga de contrato-programa com o Município de Felgueiras, que assegurasse o financiamento adequado da Escola, em conformidade com os preços de mercado, correspondente à contrapartida pública nacional dos projetos financiados, tal contrato-programa não foi assinado. Atendendo a que é requisito dos projetos financiados que estes sejam assegurados em 15% por receitas próprias, este requisito não está cumprido. Não obstante, é expectativa da Escola Profissional de Felgueiras e do Município de Felgueiras (entidade participante) que este facto não implicará a devolução de verbas atribuídas aos cursos realizados.



24.2 Equilíbrio de Contas: Atendendo ao previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 40.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, a Escola apresenta contas desequilibradas, cabendo à entidade participante (Município de Felgueiras) proceder à realização de uma transferência financeira, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Este desequilíbrio de contas seria evitado, caso o Município tivesse outorgado o contrato-programa.

NOTA 25. OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

• Risco Financeiro

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

• Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das

taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Felgueiras, 31 de março de 2022

A Contabilista Certificada



A Gerente





ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2021

Exmos senhores, em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Gerente da EPF apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2021.

Apesar da contabilidade orçamental ainda não se encontrar integralmente implementada, situação que se enquadra no período de transição de 3 anos previsto na IPSAS 33 para a implementação de situações mais complexas, apresentamos de seguida as Demonstrações Orçamentais cujos valores executados consideramos ser fiáveis.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Demonstração Desempenho Orçamental (01-01 até 31-13)

Exercício: 2021
Lançamento: 000

RUBRICA RECEBIMENTOS

		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
		RP	RG	UE	EMPR		
Saldo de gerência anterior							
	Operações orçamentais [1]	0,00	2 186,99	0,00	0,00	0,00	2 186,99
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00
Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	1 300 786,36	0,00	0,00	0,00	1 300 786,36
R5.1	Administrações Públicas	0,00	1 300 786,36	0,00	0,00	0,00	1 300 786,36
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	1 252 483,67	0,00	0,00	0,00	1 252 483,67
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.5	Administração Local	0,00	48 302,69	0,00	0,00	0,00	48 302,69
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	8 732,76	0,00	0,00	0,00	8 732,76
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva [2]	0,00	1 309 519,12	0,00	0,00	0,00	1 309 519,12
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	613 400,00	0,00	613 400,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	613 400,00	0,00	613 400,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	1 311 706,11	0,00	613 400,00	0,00	1 925 106,11
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]						

RUBRICA PAGAMENTOS

		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				FUNDOS ALHEIOS	TOTAL
		RP	RG	UE	EMPR		
Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	773 305,08	0,00	0,00	0,00	773 305,08
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	624 043,44	0,00	0,00	0,00	624 043,44
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	72,00	0,00	0,00	0,00	72,00
D1.3	Segurança social	0,00	149 189,64	0,00	0,00	0,00	149 189,64
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	567 851,05	0,00	0,00	0,00	567 851,05
D3	Juros e outros encargos	0,00	5 354,02	0,00	0,00	0,00	5 354,02
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital							
D7	Investimento	0,00	35 738,98	0,00	0,00	0,00	35 738,98
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	0,00	1 382 249,13	0,00	0,00	0,00	1 382 249,13
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	538 000,00	0,00	538 000,00
D9	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	538 000,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	0,00	1 382 249,13	0,00	538 000,00	0,00	1 920 249,13
Pagamentos de operações de tesouraria [C]							
Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	0,00	-70 543,02	0,00	75 400,00	0,00	4 856,98
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		-5 354,02				
	Saldo global [2]-[5]	0,00	-72 730,01	0,00	0,00	0,00	-72 730,01
	Despesa primária	0,00	1 376 895,11	0,00	0,00	0,00	1 376 895,11
	Saldo corrente	0,00	-36 991,03	0,00	0,00	0,00	-36 991,03
	Saldo de capital	0,00	-35 738,98	0,00	0,00	0,00	-35 738,98
	Saldo primário	0,00	-67 375,99	0,00	0,00	0,00	-67 375,99
	Receita total [1]+[2]+[3]	0,00	1 311 706,11	0,00	613 400,00	0,00	1 925 106,11
	Despesa total [5]+[6]	0,00	1 382 249,13	0,00	538 000,00	0,00	1 920 249,13




Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2021
Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação	Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições Emitidos	Pagos	Receita cobrada líquida Período corrente	Total	Por cobrar no final do período	Grau exec. orç. Períodos anteriores	Período corrente
1	000	000	000000	Funcionamento normal												
				Receitas Correntes												
1	000	000	000000	06	Transferências correntes											
1	000	000	000000	0603	Administrações central											
1	000	000	000000	060306	Estrado - Participação comunitária em projectos co-financiados	1 404 200,46	0,00	1 252 483,67	0,00	0,00	0,00	999 942,02	1 252 483,67	0,00	100,0%	86,8%
1	000	000	000000	0605	Administração local											
1	000	000	000000	060501	Continente	251 536,60	0,00	48 302,69	0,00	0,00	0,00	0,00	48 302,69	0,00	100,0%	0,0%
1	000	000	000000	07	Venda de bens e serviços correntes											
1	000	000	000000	0702	Serviços											
1	000	000	000000	070207	Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	000	000	000000	070299	Outros	6 727,64	0,00	8 740,15	0,00	0,00	0,00	8 732,76	8 732,76	7,39	0,00%	129,8%
				Total das Receitas Correntes	1 662 464,70	0,00	1 309 526,51	0,00	1 309 519,12	0,00	0,00	1 008 674,78	1 309 519,12	7,39	0,00%	78,8%
				Receitas de Capital												
1	000	000	000000	12	Passivos financeiros											
1	000	000	000000	1205	Empréstimos a curto prazo											
1	000	000	000000	120502	Sociedades financeiras	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643 000,00	643 000,00	0,00	0,00%	257,2%
1	000	000	000000	16	Saldo da gerência anterior											
1	000	000	000000	1601	Saldo orçamental											
1	000	000	000000	160101	Na posse do serviço	0,00	0,00	2 186,99	0,00	0,00	0,00	2 186,99	2 186,99	0,00	0,00%	0,00%
				Total das Receitas de Capital	250 000,00	0,00	2 186,99	0,00	2 186,99	0,00	0,00	645 186,99	645 186,99	0,00	0,00%	258,1%
				Total Atividade 000	1 912 464,70	0,00	1 311 713,50	0,00	1 311 706,11	0,00	0,00	1 653 861,77	1 954 706,11	7,39	100,0%	102,6%
				Total Fonte Fin. 000	1 912 464,70	0,00	1 311 713,50	0,00	1 311 706,11	0,00	0,00	1 653 861,77	1 954 706,11	7,39	100,0%	102,6%
				Total Orgânica 1	1 912 464,70	0,00	1 311 713,50	0,00	1 311 706,11	0,00	0,00	1 653 861,77	1 954 706,11	7,39	100,0%	102,6%
				Total Geral (Receitas Correntes)	1 662 464,70	0,00	1 309 526,51	0,00	1 309 519,12	0,00	0,00	1 008 674,78	1 309 519,12	7,39	100,0%	102,6%
				Total Geral (Rec. de Capital)	250 000,00	0,00	2 186,99	0,00	2 186,99	0,00	0,00	645 186,99	645 186,99	0,00	0,00%	258,1%
				Total Geral	1 912 464,70	0,00	1 311 713,50	0,00	1 311 706,11	0,00	0,00	1 653 861,77	1 954 706,11	7,39	100,0%	102,6%

☒ A Contabilista Certificada

A Gerente

Em _____ de _____ de _____

Em de _____ de _____
Vera Sampaio

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício:		2021										(Valores em EUR)				
Lançamento:		Classificação					Dotações Corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. orç	
Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Destinação	Períodos anteriores				Período corrente	Total	Períodos anteriores			Período corrente	Total
1	000	000	000000		Funcionamento normal											
					Despesas Correntes											
1	000	000	000000	01	Despesas com o pessoal											
1	000	000	000000	0101	Remunerações certas e permanentes											
1	000	000	000000	010102	Órgãos sociais	36 217,80	36 217,80	36 217,80	0,00	35 016,71	35 016,71	0,00	1 201,09	0,00%	96,68%	
1	000	000	000000	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato Individual trabalho	483 445,79	483 295,69	483 295,69	0,00	472 126,84	472 126,84	0,00	11 168,85	0,00%	97,66%	
1	000	000	000000	010113	Subsídio de refeição	35 784,54	32 874,84	32 874,84	0,00	32 874,84	32 874,84	0,00	0,00	0,00%	91,87%	
1	000	000	000000	010114	Subsídio de férias e de Natal											
1	000	000	000000	0101145F	Subsídio de férias	43 340,93	42 664,78	42 664,78	0,00	42 664,69	42 664,69	0,00	0,09	0,00%	98,44%	
1	000	000	000000	0101145N	Subsídio de Natal	52 741,19	52 741,19	52 741,19	0,00	41 360,36	41 360,36	0,00	11 380,83	0,00%	78,42%	
1	000	000	000000	0102	Abonos variáveis ou eventuais											
1	000	000	000000	010206	Formação	216,00	72,00	72,00	0,00	72,00	72,00	0,00	0,00	0,00%	33,33%	
1	000	000	000000	0103	Segurança social											
1	000	000	000000	010305	Contribuições p/ a segurança social											
1	000	000	000000	010305A0A0	Caixa Geral de Aposentações	26 437,51	26 437,51	26 437,51	0,00	22 603,47	22 603,47	0,00	3 834,04	0,00%	85,50%	
1	000	000	000000	010305A0B0	Segurança Social	137 621,75	137 621,75	137 621,75	0,00	122 398,53	122 398,53	0,00	15 223,22	0,00%	88,94%	
1	000	000	000000	010309	Seguros	4 343,66	4 187,64	4 187,64	0,00	4 187,64	4 187,64	0,00	0,00	0,00%	96,41%	
1	000	000	000000	02	Aquisição de bens e serviços											
1	000	000	000000	0201	Aquisição de bens											
1	000	000	000000	020102	Combustíveis e lubrificantes	3 215,43	1 867,19	1 867,19	0,00	1 867,19	1 867,19	0,00	0,00	0,00%	58,07%	
1	000	000	000000	020104	Limpeza e higiene	7 563,59	7 229,32	7 229,32	0,00	6 950,26	6 950,26	0,00	279,06	0,00%	91,89%	
1	000	000	000000	020108	Material de escritório	8 514,21	7 979,66	7 979,66	0,00	5 407,52	5 407,52	0,00	2 572,14	0,00%	63,51%	
1	000	000	000000	020115	Prémios, condecorações e ofertas	371,43	228,46	228,46	0,00	228,46	228,46	0,00	0,00	0,00%	61,51%	
1	000	000	000000	020116	Mercadorias para a venda	6 826,60	2 869,13	2 869,13	0,00	2 708,27	2 708,27	0,00	160,86	0,00%	39,67%	
1	000	000	000000	020117	Ferramentas e utensílios	331,79	162,95	162,95	0,00	162,95	162,95	0,00	0,00	0,00%	49,11%	
1	000	000	000000	020120	Material de educação, cultura e recreio	23 731,95	23 498,34	23 498,34	0,00	15 664,98	15 664,98	0,00	7 833,36	0,00%	66,01%	
1	000	000	000000	020121	Outros bens	15 821,10	15 715,86	15 715,86	0,00	12 889,43	12 889,43	0,00	2 826,43	0,00%	81,47%	
1	000	000	000000	0202	Aquisição de serviços											
1	000	000	000000	020203	Conservação de bens	20 281,24	18 387,56	18 387,56	0,00	18 387,56	18 387,56	0,00	0,00	0,00%	90,66%	
1	000	000	000000	020204	Locação de edifícios	98,00	71,13	71,13	0,00	71,13	71,13	0,00	0,00	0,00%	72,58%	
1	000	000	000000	020209	Comunicações	9 780,75	9 468,58	9 468,58	0,00	9 013,72	9 013,72	0,00	454,86	0,00%	92,16%	
1	000	000	000000	020211	Representação dos serviços	197,50	50,00	50,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00%	25,32%	
1	000	000	000000	020212	Seguros	4 238,95	3 033,17	3 033,17	0,00	3 033,17	3 033,17	0,00	0,00	0,00%	71,55%	
1	000	000	000000	020213	Deslocações e estadas	121 294,33	110 328,28	110 328,28	0,00	95 591,13	95 591,13	0,00	14 737,15	0,00%	78,81%	
1	000	000	000000	020217	Publicidade	6 734,80	6 132,99	6 132,99	0,00	5 382,69	5 382,69	0,00	750,30	0,00%	79,92%	
1	000	000	000000	020218	Vigilância e segurança	1 580,00	1 500,00	1 500,00	0,00	1 300,00	1 300,00	100,00	100,00	0,00%	82,28%	
1	000	000	000000	020220	Outros trabalhos especializados	42 218,27	42 111,86	42 111,86	0,00	37 500,32	37 500,32	0,00	4 611,54	0,00%	88,82%	
1	000	000	000000	020225	Outros serviços	366 945,35	360 584,33	360 584,33	0,00	351 642,27	351 642,27	0,00	8 942,06	0,00%	95,89%	
1	000	000	000000	03	Juros e outros encargos											
1	000	000	000000	0305	Outros Juros											
1	000	000	000000	030502	Outros	4 101,69	912,56	912,56	0,00	912,56	912,56	0,00	0,00	0,00%	22,25%	
1	000	000	000000	0306	Outros encargos financeiros											
1	000	000	000000	030601	Outros encargos financeiros	4 462,25	4 441,46	4 441,46	0,00	4 441,46	4 441,46	0,00	0,00	0,00%	99,53%	
					Total das Despesas Correntes	1 468 458,40	1 432 686,03	1 432 586,03	0,00	1 346 510,15	1 346 510,15	100,00	86 075,88	0,00%	91,70%	
					Despesas de Capital											
1	000	000	000000	07	Aquisição de bens de capital											
1	000	000	000000	0701	Investimentos											
1	000	000	000000	070103	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
1	000	000	000000	070106	Material de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
1	000	000	000000	070107	Equipamento de informática	1,07	1,07	1,07	0,00	1,07	1,07	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1	000	000	000000	070108	Software informático	2,13	2,13	2,13	0,00	2,13	2,13	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1	000	000	000000	070109	Equipamento administrativo	3 406,28	3 077,46	3 077,46	0,00	3 077,46	3 077,46	0,00	0,00	0,00%	90,35%	
1	000	000	000000	070110	Equipamento básico	32 145,74	30 813,32	30 813,32	0,00	30 813,32	30 813,32	0,00	0,00	0,00%	95,86%	
1	000	000	000000	070115	Outros investimentos	2 950,04	1 845,00	1 845,00	0,00	1 845,00	1 845,00	0,00	0,00	0,00%	62,54%	
1	000	000	000000	10	Passivos financeiros											
1	000	000	000000	1005	Empréstimos a curto prazo											
1	000	000	000000	100503	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	250 000,00	0,00	0,00	0,00	538 000,00	538 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
					Total das Despesas de Capital	316 042,42	35 738,98	35 738,98	0,00	573 738,98	573 738,98	0,00	0,00	0,00%	16,12%	
					Total Atividade 000	1 784 500,82	1 468 425,01	1 468 325,01	0,00	1 920 249,13	1 920 249,13	100,00	86 075,88	0,00%	77,47%	
					Total Fonte Fin. 000	1 784 500,82	1 468 425,01	1 468 325,01	0,00	1 920 249,13	1 920 249,13	100,00	86 075,88	0,00%	77,47%	
					Total Orgânica 1	1 784 500,82	1 468 425,01	1 468 325,01	0,00	1 920 249,13	1 920 249,13	100,00	86 075,88	0,00%	77,47%	
					Total Geral (Despesas Correntes)	1 468 458,40	1 432 686,03	1 432 586,03	0,00	1 346 510,15	1 346 510,15	100,00	86 075,88	90,67%	90,67%	
					Total Geral (Despesas Capital)	316 042,42	35 738,98	35 738,98	0,00	573 738,98	573 738,98	0,00	0,00	16,12%	16,12%	
					Total Geral	1 784 500,82	1 468 425,01	1 468 325,01	0,00	1 920 249,13	1 920 249,13	100,00	86 075,88	0,00%	77,47%	

A Contabilista Certificada

Em ____ de ____ de ____

A Gerente
Vera Sampaio
Em ____ de ____ de ____

EPF - ESCOLA PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M., UNIPESSOAL, LDA.				Plano Plurianual de investimento										2021			
Objetivo (1)	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	Descrição (3)	Forma de realização (5)	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		Realizado em períodos anteriores (13)	Realização Ano 2021 (14)	Pagamentos				TOTAL		
				RP (6)	U.E. (7)	EMPR (8)	INÍCIO (10)	FIM (11)			Períodos seguintes						
											Ano 2022 (15)	Ano 2023 (16)	Ano 2024 (17)	Ano 2025 (18)			
1.		Funções Sociais														17 598,84	
1.1		Educação														867,98	
1.1.1.		Ensino não Superior														5 400,45	
1.1.1.1.		Ensino Profissional														5 149,85	
1.1.1.1.1	43381.04	Aquisição de Equipamento de Proteção e Segurança Contra Incêndios	Outra		100%		19/11/2020	31/12/2020	17 598,84							17 598,84	
1.1.1.1.2	43343.17	Aquisição de Equipamento Básico	Outra		100%		25/05/2021	31/12/2021		867,98						867,98	
1.1.1.1.3	43311.02	Aquisição de Equipamento Básico	Outra		100%		18/06/2021	31/11/2021		5 400,45						5 400,45	
1.1.1.1.4	43342.06	Aquisição de Equipamento Básico	Outra		100%		18/06/2021	31/12/2021		5 149,85						5 149,85	
1.1.1.1.5	43725.01	Aparelhos de ar condicionado	Outra		100%		05/07/2021	31/12/2021		1 845,00						1 845,00	
1.1.1.1.6	43511.13	Equipamento Administrativo - Monitores	Outra		100%		07/07/2021	31/12/2021		3 077,46						3 077,46	
1.1.1.1.7	43311.20	Aquisição de Equipamento Básico	Outra		100%		23/11/2021	31/12/2021		1 799,40						1 799,40	
Total											17 598,84	18 140,14	0,00	0,00	0,00	0,00	35 738,98

Carla Sampaio



JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EPF – **ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPessoal, LDA.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.541.029 euros e um total de património líquido de 169.980 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 174.914 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EPF – **ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPessoal, LDA.** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Conforme referido na nota 2.2.10 do Anexo às Demonstrações Financeiras, e no capítulo VI do Relatório de Gestão, o Município de Felgueiras não outorgou em 2021 o contrato-programa com a Entidade, que garantia os fundos próprios necessários para o cumprimento dos requisitos de financiamento do Fundo Social Europeu, em conformidade com o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua redação atual. Este facto poderá acarretar contingências cujos impactos não são possíveis de estimar à data.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASES

Chamamos a atenção para os seguintes factos:

- a) Conforme referido na nota 24.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras e no capítulo VI do Relatório de Gestão, a Entidade apresenta um resultado líquido antes de impostos negativo, devendo a entidade participante proceder à realização de uma transferência financeira com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa, nos termos do artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- b) A Entidade encontra-se igualmente abrangida pelo artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, por apresentar um capital próprio inferior a metade do seu capital social, pelo que deverão ser aplicadas as medidas aí previstas.
- c) Tal como descrito na nota 17 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no passado dia 24 de fevereiro a Federação Russa entrou em conflito armado com a Ucrânia. Desta situação de guerra, tem resultado uma crescente instabilidade no acesso a recursos energéticos e alimentares, com impacto nos preços em termos globais. Apesar das consequências deste conflito não poderem ser estimadas com fiabilidade, é convicção do órgão de gestão da Entidade de que a escola se encontra preparada para os desafios advenientes da situação, não sendo expectável qualquer impacto material na atividade desenvolvida e no financiamento da mesma.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.

- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPessoal, LDA.

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Fomos contratados para auditar as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 1.954.706 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1.920.249 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Contudo, devido à matéria descrita no parágrafo seguinte, não obtivemos prova suficiente e apropriada para proporcionar uma base para uma opinião sobre estas demonstrações orçamentais.

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Entidade, a NCP 26 ainda não se encontra totalmente implementada, atendendo à complexidade que a mesma acarreta, não tendo sido possível, até esta data, obter a informação adequada e necessária para a verificação das demonstrações orçamentais.

Não emitimos uma opinião sobre as demonstrações orçamentais anexas. Devido à relevância das matérias referidas no parágrafo anterior, não obtivemos prova suficiente e apropriada que nos proporcionasse uma base para emitirmos uma opinião sobre as demonstrações orçamentais anexas.



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPessoal, LDA.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto a matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido na epígrafe “Informação a Divulgar de acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão” do Relatório de Gestão, a Entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões desta insuficiência.

Felgueiras, 8 de abril de 2022

JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por

Assinado por: **ALBERTO MANUEL ALVES DA SILVA MARTINS**

Num. de Identificação: 08438002

Data: 2022.04.08 20:27:04+01'00'

Certificado por: SCAP.

Atributos certificados: **Gerente de Júlio Martins e Alves da Silva, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..**



CHAVE MÓVEL



Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974

Registado na CMVM com o nº 20160591